

Revista Científica Indexada Linkania Júnior - ISSN: 2236-6652

Volume 4 - Nº 2 – Abril/Junho - 2014

---

## INDISCIPLINA EM SALA DE AULA: UTILIZAÇÃO DE CRITÉRIOS PELOS DOCENTES COMO AÇÃO PREVENTIVA

Douglas Aparecido Dopp<sup>1</sup>

Mestre em Ciências da Educação (Universidade Americana-PY)

Dulce Helena Pontes<sup>2</sup>

Doutora em Língua Portuguesa (UERJ)

Thiago Azevedo da Silva<sup>3</sup>

Mestre em Cognição e Linguagem (UENF)

### Resumo

A indisciplina dos alunos é o objeto de estudo deste trabalho, que objetivou indagar sobre o conhecimento e a habilidade do professor na aplicação de critérios como ação preventiva em sala de aula. Concluiu-se que há professores carentes de habilidade, atitude e concepção de critérios. Urge que revejam sua postura em sala de aula e investiguem meios para agirem sem radicalismo e menos atitudes de imposições. Estabeleçam ações preventivas/critérios no trato com a indisciplina, saindo da teoria para a prática; invistam no relacionamento interpessoal e na prática de aulas mais motivadoras, com abordagens metodológicas coerentes e eficientes; mantenham o diálogo na relação pedagógica como ação preventiva e afetiva. Família/escola/professores/alunos têm responsabilidades inalienáveis nesse processo.

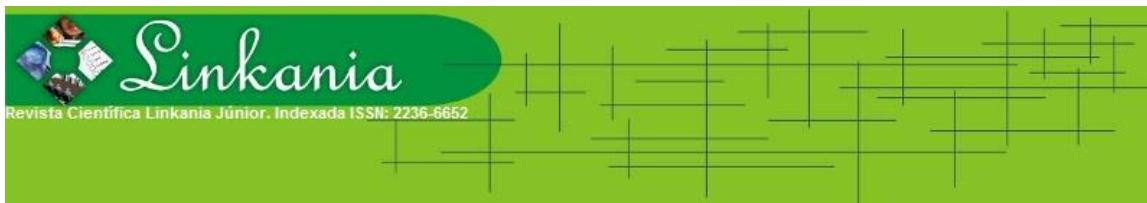
**Palavras-chave:** indisciplina; critérios; prevenção; relacionamento.

---

<sup>1</sup>Especialista em Musculação e Treinamento de Força (UGF) e em Metodologia em Treinamento de Futebol e Futsal (UGF), Graduado em Educação Física (UNIVERSO). Atualmente é professor no curso de Graduação em Educação Física (FASAP), da Rede Pública Estadual de Ensino (RJ) e da Rede Particular no Ensino Médio (FSJ). E-mail: douglasdopp@gmail.com.

<sup>2</sup>Mestre em Educação (UCP), Especialista em Língua Portuguesa (FAFITA) e Graduada em Letras (FAFITA). Atualmente é professora do Curso de Letras, História e Enfermagem. É também Coordenadora do Centro de Pesquisa (CenPE), do Centro Universitário São José de Itaperuna. E-mail: dulcehpontes@gmail.com.

<sup>3</sup>Especialista em Educação Física Escolar (FIJ), Docência Superior (UNIG) e Futebol (UFV), Graduado em Educação Física e Direito (UNIG). Atualmente é professor do Curso de Educação Física (FASAP), do curso de Direito (FAMESC) e Ensino Médio (Centro Educacional Redentor). E-mail: professorthiagoazevedo@hotmail.com.



Revista Científica Indexada Linkania Júnior - ISSN: 2236-6652

Volume 4 - Nº 2 – Abril/Junho - 2014

---

## Abstract

The indiscipline of students is the subject of this work, we aimed to investigate about the knowledge and the skill of the teacher in applying criteria as a preventive action in the classroom. It was concluded that there are poor teachers of skill, attitude and design criteria. Urge to review its stance in the classroom and investigate means to act without radical attitudes and less taxation. Establish preventive/criteria actions in dealing with indiscipline, going from theory to practice; invest in interpersonal relationships and practice more motivating lessons with consistent and efficient methodological approaches; maintain dialogue on pedagogical and affective relationship as a preventive action. Family/school/teachers/students have inalienable responsibilities in this process.

**Keywords:** discipline; criteria; prevention; relationship.

## 1 Introdução

Um dos temas mais debatidos no âmbito escolar está relacionado à indisciplina – uma constante que tem gerado bastante polêmica. Como são inúmeras as causas, dificilmente se chega a um consenso. Desconhecendo-se o embrião do problema, torna-se quase impossível tratá-lo com eficácia. Por certo, sua natureza ultrapassa os limites da instituição escolar por relacionar-se a ambiente familiar, social, cultural e a outras esferas.

O fenômeno da indisciplina para muitos educadores e estudiosos se apresenta como um novo problema com poucas explicações para a variedade de manifestações. Alguns autores atribuem-no à influência da família, da escola, dos professores e dos colegas como fatores primordiais que levam os alunos a serem indisciplinados.

Nos últimos tempos, tem-se vivenciado uma grande quantidade de manifestações de indisciplina nas escolas, proporcionando uma gama de obstáculos pedagógicos/educativos intervenientes nas relações

professor/aluno. Diante dessa conjuntura, a dificuldade de muitos docentes em enfrentar atos de indisciplinas deixa dúvidas de como compreender e/ou reprimir os envolvidos nesses atos, ou mesmo se deve ignorá-los. Agem sem a certeza de que suas atitudes são relevantes na relação com o aluno. Muitos deles – como também diretores, alunos e familiares – desconhecem as normas e ações, que deveriam ser o parâmetro de seu perfil no ambiente escolar. Portanto, objetiva-se por ora delinear o papel do professor e o trato com o aluno no tocante à questão indisciplinar e à prevenção de seu estabelecimento em sala de aula.

Na busca de entender a questão da indisciplina no cotidiano da sala de aula e discutir ações preventivas para um melhor relacionamento professor/alunos, após a pesquisa teórica, segue-se uma pesquisa de campo (uma investigação não experimental) realizada com o corpo docente de três escolas de ensino fundamental: uma particular e duas públicas (uma municipal e uma estadual). As instituições se localizam na cidade de Itaperuna, um espaço territorial de 1.105,341 km<sup>2</sup>, no noroeste do estado do Rio de Janeiro.

## **2 Referencial teórico**

Faz-se necessário, na relação professor/aluno, a instauração de um clima de confiança, segurança e respeito mútuos, principalmente nos primeiros encontros com a turma. É o momento ideal de o docente dialogar com todos sobre a importância de ações preventivas, de estabelecimento de critérios para a manutenção da indisciplina no decorrer do ano letivo.

Ao propor a discussão sobre a melhoria da disciplina no contexto escolar, é preciso entender que não se deve focar o trabalho apenas nos objetivos que a escola se propõe, mas analisar as formas concretas de

organização para alcançá-los, pois sabemos que, para um mesmo objetivo, podem existir diferentes arranjos institucionais (VASCONCELOS, 2009, p. 73).

Importante referenciar a posição de Amado (2003) sobre como diminuir a indisciplina. Para o autor, não deve ser iniciada pela correção, mas por uma ação preventiva, levando em conta a capacidade de atuação do professor, que precisa conhecer os meios de análise que a investigação lhe pode proporcionar. Estrela (1996) também corrobora esta posição: prever em vez de controlar ou corrigir. E Garcia acrescenta:

Assim, sobretudo em tempos de indisciplina galopante, as escolas deveriam assumir como prioridade transformar sua cultura institucional em direção a uma mentalidade mais preventiva, e focalizar mais aquelas práticas voltadas ao desenvolvimento de propensão para a disciplina que à contenção da indisciplina. É sentido que nos referimos a uma postura de “inversão” da ordem das prioridades, segundo o que seria mais apropriado ao trabalho disciplinar (GARCIA, 2001, p. 378).

Para Sampaio (1997, p. 4), é essencial que a escola consiga pôr em prática dois pontos: organização pedagógica, pois se não consegue perceber a forma como deve funcionar, dificilmente vai gerar um clima propício para se ter um bom trabalho; e também a construção da escola junto à comunidade escolar das normas disciplinares consideradas essenciais para um bom convívio. Na opinião de Vasconcelos (2009), será necessário o docente ter convicção ao agir com seu aluno no ato disciplinar; ele precisa ter o discernimento de que a sua decisão é, de fato, a mais correta naquele momento, caso contrário ela pode desencadear um processo indisciplinar significativo.

Garcia (1999) propõe algumas ações fundamentais necessárias que devem fazer parte como uma ação preventiva na busca de uma melhor interação em sala de aula: a) em vez de castigar o ato indisciplinar, estimular e

---

dar incentivo ao aluno a ter um comportamento construtivo; b) orientá-lo a realizar as tarefas que foram propostas; c) ter a sabedoria de escutar o que o aluno tem para falar, tendo como objetivo observar transformações e compreender o desenvolvimento dele, para isso, nesse momento, não se deve precipitar nem instituir regras de procedimentos.

Para Parrat-Dayan:

Se quisermos combater o problema da indisciplina, é importante que na sala de aula possam ser discutidos, de maneira democrática, não apenas os conteúdos escolares, mas, também as regras de convivência. Isto implica que as regras podem ser criadas, negociadas e renegociadas. Dentro de sala de aula o professor não deve ser o único que toma decisões, mas ao contrário, deve consultar e debater com os alunos. Educar não é dizer sim a todas as exigências dos alunos, e sim fixar normas e supervisionar que sejam cumpridas (PARRAT-DAYAN, 2009, p. 69).

Autores como Dozena (2008) têm observado a necessidade da busca de mudanças no processo educacional, na definição de critérios sobre o que realmente significa uma ação indisciplinar. Com isso, os docentes podem contribuir para uma reflexão crítica dos alunos diante da realidade atual, tendo como foco a desenvoltura dos problemas existentes no contexto escolar. Para que ações preventivas tenham eficácia, torna-se importante que o docente busque informações que forneçam e antecedam sua atuação – o que depende de algumas condições, como a credibilidade na comunicação com os alunos, com a postura dos alunos para que o que foi transmitido não se transforme em conflito e que o rendimento desta ação possa estar associado a mudanças de expectativas.

Para Graham (1992 apud OLIVEIRA, 2001, p. 66-67), nos momentos em que os alunos se comportam de forma inconveniente, a atitude do docente deveria ser baseada em um sistema misto de prevenção e ação, não levando para o lado pessoal o procedimento indisciplinar, estando equilibrado

emocionalmente na ação e também na intimidade para que sua intervenção seja eficaz. Haydtt (1995, p. 67) sugere alguns procedimentos que podem nos orientar na relação de prevenção diante dos alunos, criando condições para o desenvolvimento da autodisciplina. São eles:

- a) Estabelecer, em conjunto com os alunos, padrões de comportamento a serem seguidos, permitindo que eles analisem e discutam as normas de conduta propostas, expressando sua opinião a respeito de cada uma delas e contribuindo com sugestões.
- b) Usar procedimentos positivos de orientação da conduta, visando sempre desenvolver o autoconceito positivo dos alunos.
- c) Procurar explicar a razão de ser das regras de conduta adotadas, mostrando por que são necessárias. No caso de uma repreensão particular, explicar ao aluno por que seu comportamento é inadequado.
- d) Respeitar e levar em conta a história do aluno.

Segundo Parrat-Dayan (2009, p. 94), momentos de conflito (oposição entre professor/aluno) podem ser um instrumento importante na prevenção da indisciplina. Para isso, o docente precisa ter consciência para não agir de forma improvisada nem autoritária. Este posicionamento nos remete ao entendimento de que uma situação de indisciplina e de conflito não é em si negativa. Também, não é necessário buscar uma solução imediata, pois é preciso aprender a lidar com os conflitos emergentes do relacionamento como uma prática fundamental, o que requer a tentativa de entender as razões para se chegar a um acordo.

Em práticas educativas preventivas que permitem a garantia democrática, algumas condutas do docente são imprescindíveis, como: repetir as regras da aula para que as crianças tenham sempre presentes as

exigências pedidas, motivá-las; justificar as regras de ordem; fazer uma organização espacial da aula para distribuir as diferentes tarefa; delegar alguns dos seus poderes a um ou vários alunos; estimular o espírito crítico; ser solidário com a proposta de favorecer a compreensão pessoal e do grupo (PARRAT-DAYAN, 2009).

Autores como Estrela (2002) e Garcia (2001) acreditam na prevenção como uma proposta possível em caso de indisciplina. Ainda neste aspecto, Garcia salienta:

A ausência da perspectiva de gestão de indisciplina tende a deixar a escola à mercê de interrupções esporádicas em seu ritmo de funcionamento. Assim, por vezes, um pequeno grupo de crianças gera uma interrupção considerável no fluxo das atividades na escola, e acaba por mobilizar vários profissionais, e seus tempos, até que eventos sejam devidamente pensados, encaminhados ou resolvidos (GARCIA, 2001, p. 378).

Para Estrela (2002), não há receitas ou soluções prontas para se aplicar às situações de indisciplina. Elas são construídas momentos a momentos. Mas a autora acredita que, por meio da prevenção, se conquista a disciplina, pois “quando falha a prevenção ocorrem comportamentos de indisciplina, há lugar para a intervenção corretiva do professor”.

Observa-se também que autores como Parrat-Dayan (2009) argumentam que a participação de especialistas, como psicólogos, na realização de oficinas em que mostram aos alunos situações geradas no contexto escolar, pode ser outra solução para se prevenir a indisciplina. Ainda a autora destaca a importância de um projeto institucional estimulando a convivência entre todos, com o objetivo desenvolver uma política disciplinar que especifique estratégias de prevenção e intervenção, tanto no âmbito da escola quanto da aula.

Corroborando a proposta acima, da importância da participação de todos para uma ação preventiva, Dozena (2008) considera que, para um melhor relacionamento no contexto escolar, fazem-se necessários três pilares de base: a família presente no cotidiano do aluno; a escola com uma proposta pedagógica que privilegie uma formação humana de qualidade e todos os funcionários da escola, não somente o professor, seguindo as normas anteriormente estabelecidas em torno da questão disciplinar.

Estrela (2002, p. 104) faz uma relação de prevenção da disciplina com a formação continuada dos docentes, afirmando o seguinte: “uma ação preventiva da disciplina parece-me indissociável de uma atitude investigativa e crítica que a formação de professores deveria proporcionar [...]”. Ela ainda destaca que é

Na prevenção que os professores melhor manifestam suas capacidades de criação e manutenção da disciplina, e nessa prevenção revelam-se essenciais as suas competências de organização da aula e sua coerência e consistência normativa (ESTRELA, 2002, p. 104).

Como muito bem lembra Vasconcelos (2009), o professor, em sala de aula, não está só; junto a ele, entram os colegas, funcionários, normas, regimentos, sua vivência, seu desejo de ensinar, enfim a instituição representada por ele naquele momento.

### **3 Metodologia**

O foco desta pesquisa de campo é a análise da relação entre professores/alunos do Ensino Fundamental, na busca de entender a questão da indisciplina no cotidiano da sala de aula.



---

São sujeitos desta pesquisa, docentes de três instituições de Educação Básica, a saber: uma pública municipal, uma estadual e uma instituição privada, todas as unidades de ensino localizadas na cidade de Itaperuna/RJ.

A amostra foi composta de 37 professores: 11 da Instituição Municipal; 13 da Instituição Estadual; 13 da Instituição Privada. Todos esses professores trabalham no segundo segmento do Ensino Fundamental.

A pesquisa se caracteriza pela busca de dados diretamente da fonte de origem e segue o modelo de tipo descritivo que tem como característica observar, registrar, descrever e correlacionar fatos ou fenômenos, procurando apresentar com precisão os fatos e a frequência em que ocorrem os fenômenos e sua relação com os fatores (MATTOS; ROSSETO; BLECHER, 2004).

Na coleta de dados, foi utilizado o questionário (com questões abertas e fechadas). O processo e técnica utilizados têm relação direta com o problema a ser estudado, conforme orientam Mattos; Rosseto; Blecher (2004). E, ainda, seguindo Lakatos; Marconi (2001, p. 155), “a escolha do instrumento dependerá de vários fatores relacionados com a pesquisa”.

Optou-se pelo questionário pelo fato de possibilitar medir com exatidão o que se pretende alcançar. Na aplicação, o pesquisador informa aos participantes a responsabilidade e a importância da seriedade ao responder as questões contidas no instrumento. Assim nos ensinam Cervo; Bervian (2002).

Este é o momento de definir as interações de aproximação com os participantes, ou seja, a entrada no campo, o início do processo de conhecimento do ambiente de trabalho. Iniciou-se, em primeiro plano, contato com as instituições para ver a possibilidade da participação na pesquisa. Após a aceitação, veio a oportunidade de relatar, explicar como seria desenvolvida a investigação, qual a proposta do estudo e como seria feita a aplicação dos instrumentos para a coleta dos dados. Em seguida, no caso deste estudo,

foram selecionados os sujeitos (37 professores). A estes foi apresentada a proposta e deles solicitada a participação na pesquisa.

Procurou-se assim seguir os passos de André (2005). O autor especifica que esse é o momento de definições: campo de ação, sujeitos, questões iniciais no estabelecimento dos contatos para o acesso ao *locus* da pesquisa, seleção dos participantes e instauração precisa dos procedimentos necessários.

Esclarece-se que, para a aplicação do questionário, foi necessário o termo de consentimento, livre e esclarecido, conforme o devido cumprimento das deliberações do Comitê de Ética, que isentaria qualquer informação pessoal do participante da pesquisa.

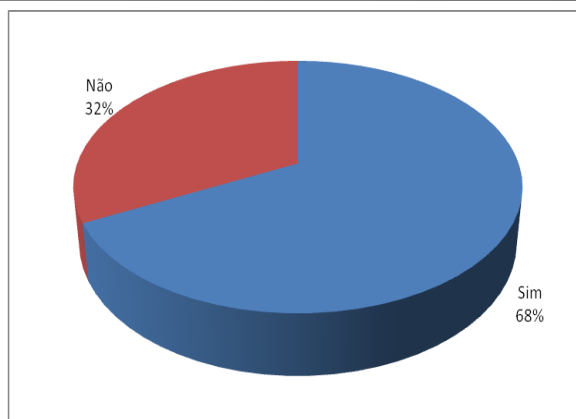
Retornando ao campo, aplicamos aos professores o questionário com 11 questões (03 abertas e 08 fechadas).

#### **4 Análise de dados e resultados**

Os dados coletados do questionário foram analisados e interpretados por meio da análise e conteúdo, segundo Bardin (2000), e também com base nas obras e conhecimentos adquiridos na revisão de literatura, em especial em Mattos; Rosseto; Blecher (2004).

A seguir, são apresentados os resultados e a análise do questionário realizado com os sujeitos da pesquisa.

Gráfico – Aplicação de critérios



Fonte: Elaboração própria

O gráfico acima demonstra que 68% dos entrevistados estabelecem critérios no início de suas atividades e 32% responderam que não utilizam critérios.

Para a utilização de critérios em sala de aula, Frave (2010) expressa sua importância, pois em uma ação indisciplinar em sala de aula, faz-se necessário que o professor verifique as normas que foram estabelecidas por ele no início. Corroborando esta afirmação, Parrat-Dayana (2009) afirma a necessidade em sala de aula de discutir e apresentar normas (regras) de convivência, oportunizando um relacionamento democrático, que pode ser um caminho para práticas educativas preventivas.

Para autores como Estrela (2002) e Vasconcelos (2009), devem ser levados em conta os primeiros encontros em aula. Os autores expressam que este é um momento em que se pode ter a oportunidade de estabelecer um vínculo de aproximação, de interação e principalmente estabelecer e definir critérios e regras que farão parte no decorrer das aulas. Destacam ainda que este início pode definir também sobre a postura do professor diante de ações indisciplinadas. Haydt (1995) afirma que os critérios podem orientar os docentes em ações preventivas diante de ações indisciplinadas dos alunos.

Quando se explicam as razões dos critérios (regras) adotados e por que eles se tornam necessários cria, na opinião da autora, condições de autodisciplina.

Para Garcia (1999), em algumas situações não se deve precipitar na instituição de regras de procedimentos, e sim ter sabedoria, escutar, tendo como foco transformar e procurar compreender o desenvolvimento do aluno. Por certo, a utilização de critérios, como destaca Estrela (2002), é uma ação preventiva a ser utilizada para manter a disciplina. Nesse momento, os professores manifestam não só a sua criatividade e competência na organização das aulas como também a sua coerência e consistência na aplicação e firmeza das normas.

Com relação às respostas dos professores que não utilizam critérios (32%), destaca-se Parrat-Dayan (2009). Para a autora, quando não se estabelecem critérios, é possível que os alunos se sintam, de alguma forma, mais poderosos, mas, ao mesmo tempo, sem direcionamento, sem referencial em sala de aula. Importante dizer que a aplicação de critérios não significa repreender ou criar um clima de desconforto, mas sim transmitir ao aluno de que normas fazem parte do contexto escolar.

Havendo falhas na prevenção, para Estrela (2002), há possibilidades de ocorrerem comportamentos indisciplinados, conseqüentemente o professor terá dificuldades de intervir na correção. Na verdade, no contexto escolar, as decisões a serem tomadas devem pautar-se no que ocorre *in locu*, pois não há receitas prontas para serem seguidas ou sistematização de atitudes predefinidas.

Souza (2005), quando investigou representações sociais sobre a indisciplina, afirmou que muitos professores procuram solucionar a questão de forma pontual e individualizada, sem envolvimento dos colegas, da direção da escola e da família.

Cada um tem o seu critério. Percebe-se que esta posição não deve ser interessante, pois, como afirma Vasconcelos (2009), o professor necessita interagir em grupo. Junto a ele, em sala de aula, estão colegas, funcionários e instituição por ele representada. Nesta relação, compartilhar o ponto de vista do outro implica interação e cooperação.

Em relação à análise quantitativa, nesta fase da pesquisa, apresentam-se os resultados e análise da questão aberta apresentada aos professores sobre os critérios utilizados em sala de aula para minimizar as ações indisciplinadas.

Quanto aos resultados, é plausível que a aplicação de critérios seja um procedimento adequado como ação preventiva na questão indisciplinar, desde que resulte de um diálogo entre professor/alunos, e não como uma imposição por parte do professor. Quando questionados sobre a aplicação de critérios a serem aplicados nas primeiras aulas, alguns professores não responderam a essa questão. Dos que responderam, concebem critério com muito radicalismo: *O aluno que tem indisciplina fica sem fazer as aulas práticas na quadra; Perda de pontos em comportamento; não participação das atividades recreativas, suspensão e o comparecimento dos responsáveis na escola.*

O radicalismo dessas respostas, que evidencia certo abuso do professor, é uma estratégia discutida por Estrela (2002) sobre a qual ela aponta autoritarismo quando ocorre com frequência. Parrrt-Dayan, por sua vez, diz que não é castigando que se consegue respeito em sala de aula, nem negligenciando o diálogo; pelo contrário, deve-se deixar que “as crianças possam participar da organização das regras e decisões da escola” (PARRAT-DAYAN, 2009, p. 83). O ponto de vista dessa autora se afina com esta fala: *Criar normas junto com os alunos que não devem ser quebradas.*

Houve outras falas democráticas, tais como: *Estabeleço junto aos meus alunos alguns combinados que deverão ser respeitados pelo grupo tais como:*

---

*respeitar os colegas de classe, a professora, falar baixo, prestar atenção às explicações; Conversar sobre a postura que os alunos devem ter nas aulas em relação ao comportamento, respeito e atividades.*

Convém lembrar que Vasconcelos (2009) e Estrela (2002) sublinham a questão de instauração de critérios nos primeiros dias de aula. Assim, tornam-se plausíveis tomadas de decisões mais comprometedoras no não cumprimento das regras pelos alunos. Dois pesquisados mostraram-se coerentes no estabelecimento de critérios e consequências. Assim: *Estabeleço os principais direitos e deveres dos alunos em sala de aula como também as consequências do não cumprimento das regras; Deixo claro que, a partir do momento em que ele deixa de me respeitar, o diálogo passa a incluir o responsável.*

## **5 Considerações finais**

A pesquisa evidenciou que muitos professores buscam aplicar critérios para solucionar e prevenir ações indisciplinadas. Este procedimento possibilita aos alunos ter ciência das consequências de um ato indisciplinar. O estabelecimento de critérios possibilita a aproximação professor/alunos, principalmente quando realizados nos primeiros contatos do ano letivo e não aplicados com radicalismo, como mencionados por alguns sujeitos do estudo.

Sublinha-se, entretanto, que a utilização de critérios deve ser deixada bem clara aos alunos, para que as consequências não sejam surpresas e muito menos conflitos desagradáveis a se instaurarem. Tomando-se as devidas precauções, a aplicação de critérios demonstra competência e firmeza quando são realmente cumpridos, o que não deve ser entendido como castigo e repreensão. A não utilização de critérios faz com que os alunos não tenham referenciais das normas em sala de aula.

---

Aliás, em vez de controlar a indisciplina, o melhor é preveni-la, estimular, pelo diálogo, ações que tornem o ambiente propício ao ensino e à aprendizagem. Para tanto, convém ao docente se pautar por um comportamento construtivo, negociar democraticamente critérios e regras de convivência, padrões de comportamento a serem seguidos. O ato de educar é processo interativo e requer fluência da comunicação e ações metodológicas coerentes.

## REFERÊNCIAS

AMADO, João da Silva. A indisciplina na aula: um desafio à formação de professores. In: ESTRELA, A. e FERREIRA, J (Org.). **A Formação de Professores à luz da investigação**, Acta do XII, Colóquio da Aipef / 2002. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação. Universidade de Lisboa, 2003, 2o Volume, p. 1025-1037, 2003.

ANDRÉ, Marli E. D. A. **Etnografia da prática escolar**. (Série Prática Pedagógica) 12. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2005.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2000.

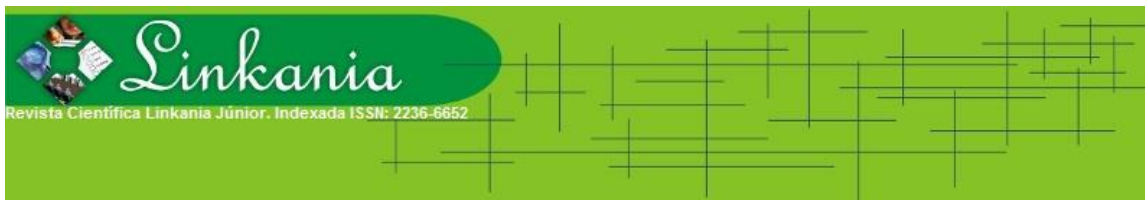
CERVO, A. L; BERVIAN, P. A. **Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

DOZENA, A, Uma breve análise sobre a postura dos alunos em sala de aula: pontos de vista sobre a indisciplina. **Geografia** – v. 17, n. 2, jul./dez. 2008 – Universidade Estadual de Londrina, Departamento de Geociências. PR.

ESTRELA, Maria Teresa. **Relação pedagógica, disciplina e indisciplina na aula**. 4. ed. Portugal: Porto, 2002.

\_\_\_\_\_. **Prevenção da indisciplina e formação de professores**. Porto: Noesis, 1996. p. 34-36.

FRAVE, Glauce da S. **O afeto na relação professor aluno**. Dissertação de Mestrado – Universidade Candido Mendes. RJ – 2010.



Revista Científica Indexada Linkania Júnior - ISSN: 2236-6652

Volume 4 - Nº 2 – Abril/Junho - 2014

---

GARCIA, J. A gestão da indisciplina na escola. In: **Colóquio da secção portuguesa da AFIRSE/AIPELF. 11**, Lisboa. Atas. Lisboa: Estrela e Ferreira. 2001. p. 375-381.

\_\_\_\_\_. Indisciplina na Escola: uma reflexão sobre a dimensão preventiva. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 95, p. 101-108, jan./abr. 1999.

HAYDTT, Regina Célia Cazux. **Curso de Didática Geral**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1995.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MATTOS, M.G.; ROSSETO JR., A.J.; BLECHER, S. **Teoria e prática de metodologia da pesquisa em educação física: construindo seu trabalho acadêmico: monografia, artigo científico e projeto de ação**. São Paulo: Phorte, 2004.

OLIVEIRA, Maria Teresa Guardado Mateus. **A indisciplina nas aulas de educação física: estudo das crenças e procedimentos dos professores e relativamente aos comportamentos de indisciplina dos alunos nas aulas de educação física do 2º e 3º ciclos do ensino fundamental básico**. 2001, 410 p. Tese – Universidade do Porto Faculdade de Ciências do Desporto e de Educação Física,

PARRAT-DAYAN, Silvia. **Como enfrentar a indisciplina na escola**. São Paulo: Contexto, 2009.

SAMPAIO, D. Indisciplina: um signo geracional?. **Cadernos de organização e gestão curricular**. Instituto de inovação educacional, 1997.

SOUZA, D. B. **Representações Sociais sobre indisciplina em sala de aula dos professores em início de carreira da rede municipal de Presidente Prudente-SP: implicações para a formação inicial**. 2005. 205 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista Júlio De Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2005.

VASCONCELOS, Celso dos S. A questão da disciplina: dialética da interação professor-aluno. **Revista de Educação da AEC**, Brasília, n. 87, abr.1993.